

Combate a irregularidades para impulsionar o setor que move o país



Medidas visam sanar problemas como o da sonegação, que chega a **R\$ 14 bilhões anuais**, valor que deixa de ser revertido em favor dos brasileiros

Prevenção, fiscalização e conscientização são elementos essenciais na luta do Instituto Combustível Legal (ICL) para construir um ambiente cada vez mais ético e com transparência no setor de combustíveis, que é estratégico para o país em razão de seus impactos sobre a economia e, consequentemente, sobre o bem-estar da população. Hoje, além de representar 9% do Produto Interno Bruto (PIB) Industrial brasileiro, ele é o primeiro em arrecadação na maioria dos estados – são R\$ 113 bilhões gerados anualmente pelos tributos estaduais e R\$ 59 bilhões em tributos federais – e responde por 600 mil empregos diretos e indiretos. Os benefícios desse mercado podem ser ainda maiores se for dado fim às irregularidades que o permeiam e acarretam perdas tributárias e operacionais, como pretende o ICL, por meio de um conjunto de propostas e práticas (veja mais abaixo). Somente no que se refere à sonegação relacionada ao setor de combustíveis, ela alcança a marca de R\$ 14 bilhões ao ano, de acordo com estudo desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido do Instituto Combustível Legal. “Se mudanças estruturais não ocorrerem, nos próximos dez anos acumularemos mais R\$ 159 bilhões em não recolhimento de tributos, ou seja, recursos que podem ser investidos em saúde, educação, segurança pública e em bem-estar social”, aponta Carlo Faccio, diretor executivo do ICL.

As práticas ilícitas mapeadas pelo Instituto incluem, além da não quitação reiterada e premeditada de débitos fiscais, praticada pelos devedores contumazes, vendas interestaduais fictícias, sem notas fiscais ou com notas clonadas, tredestinação de produtos com tributação diferenciada, desvio de finalidade em importações e exportações, uso de empresas de fachada ou “barriga de aluguel”, bem como lavagem de dinheiro pelo crime organizado.

A elas, somam-se, ainda, as fraudes operacionais, relacionadas à qualidade e/ou à quantidade dos combustíveis, que danificam ou afetam a performance de veículos, lesando o bolso dos consumidores, ou, ainda, relacionadas ao furto de cargas e em dutos. Apesar do menor impacto sobre a arrecadação no setor, elas representam riscos ao meio ambiente e à população e, em 2020, ocasionaram perdas, segundo estimativa da FGV, de R\$ 9,6 bilhões.

Combate

O ICL defende ações em quatro frentes, que se tornaram bandeiras da entidade, para enfrentar as práticas ilícitas: forças-tarefa permanentes de fiscalização; penas mais rígidas para empresas fraudadoras; caracterização da figura do devedor contumaz; e simplificação tributária. “Se conseguirmos construir soluções conjuntas com os órgãos públicos, teremos benefícios pra todos, para os empresários, para os investidores, para o estado, para os consumidores e para a sociedade”, diz Faccio. O diretor executivo do ICL explica que hoje o Brasil convive com limitações jurídicas no enfrentamento às fraudes em razão de desconhecimento sobre as particularidades do setor, associado a punições brandas. Ademais, segundo ele, é necessário avançar na formulação e aprovação, no âmbito legislativo, de leis endereçadas a mitigar o problema. Uma luta do ICL é pela tipificação, com abrangência nacional, dos “devedores contumazes”. “Isso permitirá separar as empresas que adotam a sonegação como estratégia de negócios daquelas que são devedoras eventuais e, assim, evitaremos o acúmulo de débitos que hoje superam bilhões de reais”, avalia Faccio, que cita a urgência, ainda, da simplificação tributária. “O fato de a matriz tributária variar por produto, por estado, por similaridade e por tipo de imposto cria tantas



possibilidades de irregularidades que acaba sendo quase um convite a essa prática”, pondera Faccio. Mudanças positivas em relação à tipificação dos devedores contumazes e à reforma na tributação estão em vias de aprovação no país. Sobre as fraudes operacionais, Faccio cita a necessidade de retomada de investimentos nos órgãos responsáveis pela fiscalização e a necessidade de integração entre eles. “Contamos com agentes diversos, mas não contamos com integração dos órgãos, o que compromete a efetividade dos trabalhos de fiscalização”, explica. “Combater as fraudes é uma maneira de, por meio da arrecadação dos tributos, ampliar ou melhorar o acesso da população a serviços essenciais, em vez de propiciar enriquecimento indevido daqueles que atuam à margem da legalidade”, finaliza o diretor executivo do ICL.

AÇÕES DO INSTITUTO COMBUSTÍVEL LEGAL

- ✓ Retirada de 600 milhões de litros de combustível com atipicidades
- ✓ Luta pela aprovação da PL 8455/17, que tipifica os crimes de furto de dutos, roubo e receptação de combustíveis
- ✓ Luta pela aprovação do PLS 284/17, que caracteriza a figura do devedor contumaz
- ✓ Combate à sonegação e a assimetrias tributárias causadas por decisões judiciais e operações societárias simuladas, que causam danos ao erário e concorrência desleal
- ✓ Criação do canal Denúncia, para facilitar comunicações com órgãos competentes sobre combustível com irregularidades
- ✓ Apoio aos órgãos de fiscalização e forças-tarefa
- ✓ Apoio à simplificação tributária dos combustíveis

Acesse o nosso site: institutocombustivellegal.org.br